

1

Introdução

O intenso e reconhecido debate Popper-Kuhn-Lakatos-Feyerabend ocupou uma posição central na filosofia da ciência nas décadas de '60 a '80, reunindo na publicação *Criticism and the growth of knowledge*, editada por Lakatos e Musgrave em 1970, uma série de artigos representativos desse debate. Diversas questões foram intensamente discutidas, levando a uma série de indagações sobre a natureza e os limites do conhecimento científico, abordando, entre outros, os seguintes problemas: a) da objetividade e racionalidade ou não da ciência; b) da existência de um método único que garanta a racionalidade e cumulatividade do conhecimento científico; c) do caráter progressivo ou apenas de mudança desse conhecimento, d) dos objetivos da ciência e, e) dos critérios de demarcação entre ciência e outras formas de conhecimento. A apresentação de soluções ou respostas a esses problemas, a partir desse debate, proporcionou a formação de diversas posições epistêmicas, com respectivas implicações ontológicas, acerca da possibilidade e condições de conhecimento da realidade por parte do ser humano.

Apesar da variedade e riqueza no detalhamento de argumentos e propostas epistemológicas e metodológicas desde então, o referido debate continua em aberto. A despeito das inúmeras tentativas mais recentes de superação dos impasses gerados por esse debate (Santos, 1993), buscando alternativas que escapem ao irracionalismo (Miller, 1994) e ao relativismo (Laudan, 1996), percebemos uma crescente tendência à conclusão pela aporia de toda essa discussão, bem como pela denúncia dos supostos fundamentos empíricos e justificação racional do conhecimento científico (Fernandes, 1995 e 2002). Há, inclusive, quem proclame a fim da ciência, dada a sua incapacidade em tornar-se um corpo unificado, objetivo e universal de conhecimento. (Horgan, 1996).

Contudo, a ciência permanece na cultura ocidental como *a* forma privilegiada de conhecimento, reconhecida e aceita como o meio ou instrumento mais adequado tanto para a interpretação da realidade quanto para a formulação do conceito de ser humano. Por um lado, a ciência se impõe na prática pelos avanços tecnológicos que

conferem ao homem de ciência um crescente domínio e manipulação da natureza; por outro, a ciência busca uma justificativa epistemológica para essa primazia, declarando-se fundamentada e orientada pela Razão.

A caracterização da ciência como conhecimento justificado pelo uso da Razão remonta à origem da filosofia ocidental (Platão, 1921), porém, esta origem não será discutida aqui por fugir ao objetivo desta pesquisa. Entretanto, nossa discussão abrange os desdobramentos dessa origem, os quais resultaram numa variedade de correntes epistemológicas, ora em busca de justificação racional para o conhecimento legítimo [científico], ora argumentando pela inexistência de tal justificativa e até pela sua desnecessidade.

A partir da era moderna (séculos XVI e XVII), racionalismo e empirismo constituem as duas grandes correntes na epistemologia. Divergindo quanto aos fundamentos para a obtenção do conhecimento legítimo sobre a realidade - idéias claras e distintas para o racionalismo e impressões claramente manifestas pelos sentidos para o empirismo - ambas reiteram o uso da Razão para atingir-se esse conhecimento.

Hume, tal como Descartes, deseja distinguir o que podemos genuinamente conhecer do que não podemos.[...] Há um aspecto importante em que Hume não é nada racionalista: é convencionalmente classificado como empirista, e enquanto tal, como pensador em oposição ao racionalismo. Não obstante, os termos chave de referência do esforço cartesiano são mantidos. Hume é racionalista num sentido crucial: vamos nele uma tentativa individualista de *determinar racionalmente os limites e a natureza do mundo genuinamente cognoscível*.

(Gellner, 1992: pp. 27 e 28, *grifo* nosso).

E desse esforço de delimitação pela Razão das possibilidades de conhecimento, dentro da tradição guiada pela Razão e, a partir da oposição epistêmica entre racionalismo e empirismo, Immanuel Kant¹ apresenta uma teoria do conhecimento

¹ Na *Crítica da Razão Pura*, Immanuel Kant formula uma teoria do conhecimento que busca, em última análise, compor os impasses existentes entre o *empirismo* e o *racionalismo*. Na *Analítica Transcendental*, avalia a contribuição dos conceitos puros do *entendimento* — as *categorias* — para o conhecimento, além de investigar, nas páginas relativas à *unidade sintética de apercepção* e ao *esquematismo* da razão pura, como o engendramento da sensibilidade com o entendimento se compõem para fornecer a experiência cognitiva. KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Tradução J. Rodrigues de Mereja. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1966 in Siqueira-Batista, R, 2003 – artigo para Revista Episteme, em fase de publicação.

que articula a experiência sensorial com o entendimento para a realização da experiência cognitiva.

A partir desse ponto, o papel a ser desempenhado por cada um dos elementos constitutivos da cognição - sensação e entendimento - e a projeção desses papéis no nível metodológico para a obtenção de um conhecimento científico, resultaram em variadas teorias de conhecimento, tais como: positivismo, racionalismo crítico, fenomenologia, pragmatismo e instrumentalismo. Todavia, tais teorias apresentam dificuldades, tanto na proposição de um método científico universal e racional que corresponda aos fatos da história da ciência, quanto na justificação da racionalidade científica. Dadas essas dificuldades, surgem alternativas irracionistas e relativistas para o conhecimento. Assim, o debate entre o empirismo e o racionalismo foi, por assim dizer, transformado num debate entre dois grupos antagônicos de teorias do conhecimento: um postulando regras e buscando evidências do uso da Razão na construção do conhecimento legítimo e, o outro, afirmando a falta ou a não exclusividade do uso da Razão no desenvolvimento do conhecimento.

O foco desta pesquisa, a epistemologia anarquista de natureza relativista e irracionista de Paul Feyerabend (1924-1994), o qual afirma a falta de um método único no desenvolvimento do conhecimento e sugere objetivos humanistas para a ciência, se insere justamente nesse cenário, onde se contrapõem: o racionalismo crítico de Karl Popper, representado pelo falsificacionismo metodológico (Popper, 1968); um racionalismo “flexibilizado” de Imre Lakatos, representado pela metodologia dos programas de pesquisa (Lakatos, 1978); e o relativismo irracionista, porém, paradigmático de Thomas Kuhn, representado pelo ciclo [período pré-paradigmático – formação de um paradigma - ciência normal – acúmulo de anomalias - revolução] (Kuhn, 1970).

Cabe lembrar que Feyerabend iniciou sua carreira filosófica na década de '50, quando o debate epistemológico girava em torno dos postulados do positivismo do Círculo de Viena. O verificacionismo positivista foi contundentemente rechaçado por Karl Popper, e Feyerabend, que foi seu aluno, adotou o falsificacionismo racionalista crítico como alternativa ao positivismo. Contudo, ao longo dos 40 anos de sua

produção intelectual, Feyerabend apresentou uma marcante transformação do seu pensamento, realizando uma ruptura entre o racionalismo crítico, de um lado, e o relativismo pluralista “anarquista”² de outro.

A epistemologia que, a meu ver, melhor expressa as concepções feyerabendianas, ocorre após essa ruptura, porém, ainda inserida num contexto epistemológico que tradicionalmente valoriza o método universal, a ordem e a Razão. Nesse contexto, a visão feyerabendiana de conhecimento traz uma imagem de desordem, de oposição ao método e à ciência, de ausência de critérios e princípios, de uma verdadeira “anarquia”, tendo sido considerada alheia à filosofia por uma grande parte de epistemólogos à época (décadas de '70 e '80). (Preston, 1997: p.7). Vista pelo enfoque acima descrito, tanto a crítica feyerabendiana à discriminação pejorativa de formas não científicas de conhecimento - e correspondentes visões de mundo – quanto as idéias desse epistemólogo em prol do reconhecimento e valorização dessas formas não científicas de conhecimento, não receberam uma maior atenção no debate filosófico. Retomar essa crítica e, em especial, essas idéias, constituem as principais motivações para a realização desta pesquisa.

Pretendemos, então, mostrar que Feyerabend foi muito mais um ardoroso crítico da uniformidade e defensor da diversidade quanto às visões de mundo, do que um opositor da ciência *per se*, afirmando na Introdução de seu *Farewell to Reason*, edição de 1994, p. 12: “... entendemos que *não há nada na natureza da ciência que exclua a variedade cultural*” (minha tradução, itálicos no original).

Prosseguindo nessa linha de raciocínio, entendemos que a obra feyerabendiana ocupa uma posição diferenciada no debate sobre a racionalidade ou não da ciência, uma vez que sua abordagem vai além das propostas relativistas que afirmam a influência de fatores não racionais no desenvolvimento do conhecimento dito científico. Para defender nosso ponto de vista, daremos ênfase às teses feyerabendianas que trazem um alerta quanto à falta de crítica aos cânones científicos - Objetividade, Razão e Verdade – enquanto legitimadores da primazia da ciência sobre outras formas de conhecimento e quanto às conseqüências indesejáveis que a

² Anarquismo entendido como dadaísmo, e não como anarquismo político. Para um melhor detalhamento desta distinção ver Capítulo II desta dissertação e **Feyerabend, P.K.**, 1975: *Against Method*, p. 21-rodapé e pp. 189-190.

ausência dessa crítica traz, não apenas no âmbito da filosofia da ciência como também no desenvolvimento desse conhecimento e, principalmente, na realização da liberdade individual e das potencialidades humanas.

À luz dessa atitude crítica, Feyerabend defende uma “ciência” ou um conhecimento sob a forma de investigação criativa e livre de restrições metodológicas, argumentando que tais restrições repousam sobre a idéia equivocada da existência de um método científico universal - que suscita a rejeição de outras formas de conhecimento - e cujo emprego levaria a teorias científicas gradativamente mais próximas à Verdade. Para Feyerabend, tal método único não existe e a consequente rejeição a formas diferentes de conhecimento não se justifica. Em primeiro lugar, o progresso do conhecimento científico resulta da repetida transgressão de regras metodológicas, da atitude pluralista e antidogmática dos grandes cientistas, bem como da interação e integração da ciência com outros saberes. Em segundo, no tocante à idéia de uma teoria ser considerada como a mais próxima à Verdade, Feyerabend aponta para o perigo de tal teoria na prática tornar-se imune à crítica e à comparação com outras alternativas teóricas, transformando-se num dogma, dificultando ou até impedindo as possibilidades de desenvolvimento do conhecimento humano.

Ante o exposto, com o propósito de estabelecer fios condutores para esta pesquisa, que visa explicitar alguns aspectos que distinguem e caracterizam a epistemologia feyerabendiana retomando a discussão sobre os princípios que fundamentam o relativismo anarquista, foram delineadas as seguintes hipóteses de trabalho:

- Hipótese no. 1: O estilo panfletário do filósofo Paul Feyerabend, principalmente na sua obra “Contra o Método” editada em 1975, levou a uma tendência para uma interpretação parcial e superficial de sua obra, assumindo-se a mesma como descrevendo ou sugerindo uma falta total de critérios para a pesquisa dita científica.
- Hipótese no. 2: Uma leitura mais articulada de todo o conjunto da obra de Feyerabend nos indicia que, ao contrário de um simplório anarquismo metodológico com total ausência de critérios, o autor pretendeu atacar a existência de uma unidade

de método científico pautado numa Razão que pressupõe a possibilidade de tal método único, defendendo a maior plausibilidade e desejabilidade tanto do pluralismo metodológico quanto de seus fundamentos.

- Hipótese no. 3: O desenvolvimento de uma atitude crítica em relação aos cânones de racionalidade e objetividade do conhecimento científico e da sociedade cientificista, segundo Feyerabend, abririam um caminho para outras formas de conhecimento serem reconhecidas válidas, tornando sem sentido a desqualificação atualmente prevalente dessas outras formas de conhecimento pejorativamente ditas não científicas e/ou não racionais.

O corpo do relatório que resultará da pesquisa irá constituir uma dissertação de mestrado, cujos capítulos são sucintamente descritos a seguir.

O primeiro capítulo apresentará uma apreciação da obra feyerabendiana a partir do enfoque dado por Preston (1997) o qual divide essa obra em duas fases: racionalista crítica e anarquista. Sob esse enfoque, serão destacados aspectos marcantes de sua fase racionalista crítica, a saber, o pluralismo teórico e a defesa de uma base ética humanista para a epistemologia, os quais já apontavam para determinadas características de seu pensamento posterior.

No segundo capítulo, abordaremos o anarquismo epistemológico, em especial no tocante à sua inspiração no humanismo liberal de John Stuart Mill, à valorização da diversidade, à interação entre a ciência, outras formas de conhecimento e a sociedade, às implicações dessa epistemologia para a educação e ao papel da educação na criação da imagem objetiva e racional conferida à ciência.

Em seguida, no terceiro capítulo, retomaremos cada uma das hipóteses de trabalho, as quais serão avaliadas quanto à sua plausibilidade, ou não, frente aos capítulos anteriores, e apreciadas quanto a eventuais complementações, substituições ou ajustes em seus termos.

Encerrando a dissertação, será apresentada uma Conclusão que trará uma exposição de idéias e comentários não previstos no projeto da pesquisa porém intimamente relacionados à mesma por terem surgido ao longo do seu desenvolvimento, bem como as impressões finais relativas à totalidade da pesquisa.